

Articulado e Progressista

COMO VENCER OS DESAFIOS E NÃO PERDER A OPORTUNIDADE DE CONSTRUIR UM SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, COM GARANTIA DE QUALIDADE E REGULAMENTAÇÃO



DERMEVAL SAVIANI

PROFESSOR EMÉRITO DA UNICAMP EXPLICA O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E FALA DA NECESSIDADE DE INSERÇÃO DO SETOR PRIVADO

LIBERDADE E LUTA

A IMPORTÂNCIA DA LIVRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ESTUDANTIL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A VOZ DA MASSA

SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO DA CONTEE DESTACA NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DA MÍDIA ALTERNATIVA NA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA



3 EDITORIAL
Novos Caminhos e perspectivas

4 EDUCACIONAL
Avanços na construção da CONAE

10 SOCIAL
O direito de decidir

14 ARTIGO
ANDES, SINPROs e CONTEE:
recuperando a história

18 CURTAS das Filiadas

22 CAPA
Os desafios do Sistema Nacional de Educação

28 ENTREVISTA:
Dermeval Saviani

34 CURTAS da CONTEE

40 COMUNICAÇÃO
A comunicação em pauta

46 EM ALTA E EM BAIXA

48 SINDICAL
Liberdade é qualidade

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
 Coordenação Regional Sul: **Amarildo Pedro Cenci**
 Coordenação Regional Sudeste: **Paulo Roberto Yamaçake**
 Coordenação Regional Centro-Oeste: **Francílio Pinto Paes Leme**
 Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
 Coordenação Regional Nordeste: **Cristina Kavalkievicz**
 Secretária Geral: **Cristina de Castro**
 Secretária de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
 Secretária de Assuntos Jurídicos: **Edson de Paula Lima**
 Secretária de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
 Secretária de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
 Secretária de Formação e Políticas Sociais: **Flávio Bitarello**
 Secretária de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
 Secretária de Questões de Gênero e Etnia: **Rita Fraga Zambon**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
 Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteúdo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Tiragem - **3.500 exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

Novos caminhos e perspectivas

Mais uma vez, a CONTEE passa por um período de renovação em que oportunidades de crescimento e luta vão se delinear. Com a realização de nosso VII Congresso, nos dias 28, 29 e 30 de agosto, em São Paulo-SP, novas perspectivas se abrem para dar continuidade à história desta entidade, que já conta 18 anos. É com a sensação de dever cumprido que chegamos até aqui e desejamos perseverança, trabalho consciente e dedicação incansável à nova direção, certos de que estas foram as características que alicerçaram a construção de uma Confederação combativa e de raízes essencialmente democráticas.

Nesta edição da CONTEÚDO, nosso perfil lutador está evidente e pode ser percebido graças ao registro sobre nossa atuação no processo de preparação para a Conferência Nacional de Educação, durante a qual já temos contribuído para incluir o setor privado de ensino na criação de um Sistema Nacional de Educação articulado e progressista. Toda essa discussão poderá ser acompanhada nas próximas páginas. Além disso, traremos uma importante entrevista com o Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Dermeval Saviani, sobre os desafios a serem superados para a elaboração deste Sistema.

Vocês poderão acompanhar também o relato detalhado sobre o nosso Seminário de Comunicação, realizado no último mês de maio, que resultou em debates aprofundados sobre o papel da imprensa sindical na luta pela democratização da mídia e seu impacto na transformação social de que o Brasil necessita e que tanto desejamos.

Temos ainda informações sobre a Campanha lançada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que propõe a descriminalização da interrupção da gravidez em caso de anencefalia do feto; e um artigo que esclarece a posição da CONTEE em relação à atuação e ao registro sindical da ANDES-SN. Também refletimos aqui sobre a importância da liberdade de organização sindical e estudantil dentro das instituições de ensino; e apresentamos as últimas notícias e atividades desenvolvidas pela CONTEE e suas entidades filiadas no último período desta gestão.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

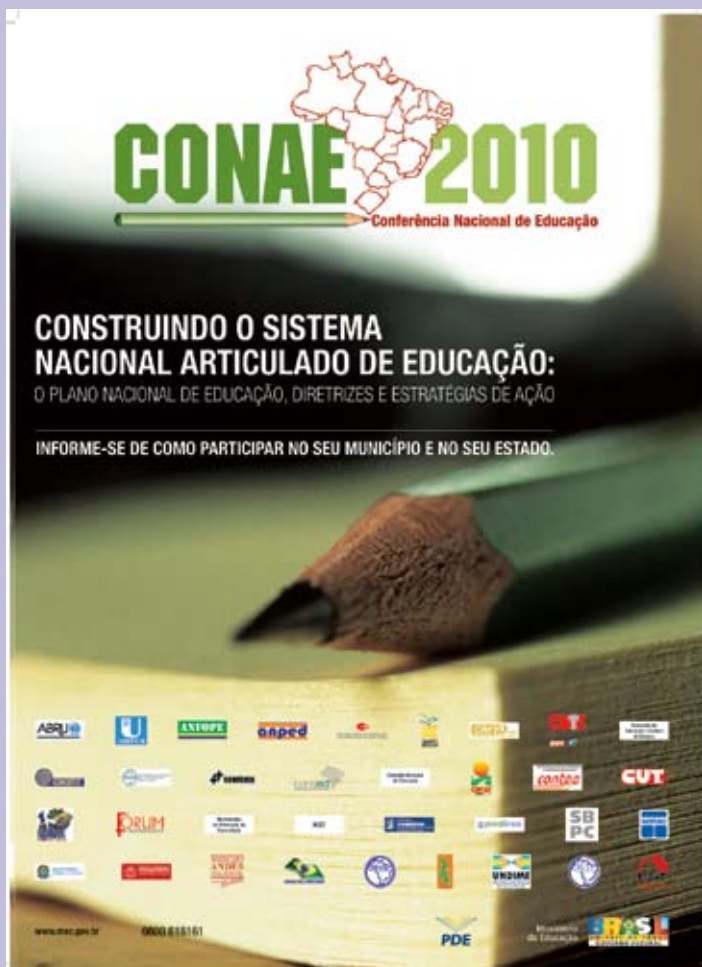
Sharon Eve Smith



Avanços na construção CONAE

Fotos: Agnaldo Azevedo

Após muito trabalho e dedicação dos representantes dos trabalhadores do setor privado de ensino, liderados pela CONTEE, na construção das etapas municipais e regionais da Conferência Nacional de Educação, o segmento se prepara para participar das etapas estaduais, rumo a 2010.



Começou cedo a preparação dos representantes dos trabalhadores do setor privado de ensino para atuação no processo de construção da Conferência Nacional de Educação (CONAE) – convocada pelo Ministério da Educação para abril de 2010. O ponto de partida foi dado nos dias 13 e 14 de março deste ano com a realização do Seminário Nacional de Preparação para a CONAE, em Brasília/DF. A atividade recebeu apoio do MEC e definiu as estratégias de ação e participação da CONTEE nas etapas municipais e estaduais da Conferência. Durante os dois dias, cerca de 150 participantes debateram questões de fundamental importância para a formulação de propostas que deverão colaborar com a construção de um Sistema Nacional de Educação e definir diretrizes para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação – objetivos centrais da CONAE.

Na ocasião do Seminário, Francisco das Chagas, coordenador da Conferência, enfatizou a complexidade e a diversidade que caracterizam a composição da Comissão Nacional Organizadora, da qual a CONTEE faz parte. Chagas acredita que, conseqüentemente, isso se refletirá na própria Conferência. “A diversidade do setor educacional no Brasil é enorme. Somente na Comissão Nacional Organizadora temos

70 membros – entre titulares e suplentes, representando 57 entidades”. Para ele, isso evidencia que a CONAE não pertence ao MEC. “É uma Conferência da sociedade brasileira, coordenada pelo MEC”, disse.

Para Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE, em meio à diversidade de representações – Estado, entes federados, pais, estudantes, entidades, gestores, empresários e etc., os trabalhadores do setor privado de ensino terão de definir a concepção de educação que desejam para o País. “Nossa estratégia deverá ser a de delimitar as grandes questões, por meio das quais será preciso construir uma unidade, isolando os setores conservadores e privatistas e, ao mesmo tempo, fazendo com que sejam incorporados ao Sistema Nacional de Educação. O setor empresarial de educação vai tentar garantir total desregulamentação e independência”, alertou. Para Madalena, “a CONAE será um espaço político que apontará qual é o pensamento do setor educacional brasileiro. Por isso, temos que construir uma unidade com os segmentos progressistas que deixe claro que educação não é mercadoria”.

Na avaliação do Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE, José Thadeu de Almeida, “saímos do Seminário com a definição de estratégias de ação, com uma melhor compreensão sobre a importância da nossa participação nas comissões estaduais organizadoras e sobre qual é o nosso papel nas articulações da Conferência, enquanto entidades ou representações que têm acúmulo sobre a questão do setor privado. Além disso, definimos os colóquios prioritários e que vão orientar nossas intervenções nas etapas estaduais”.

A preparação detalhada e bem feita garantiu uma destacada participação da categoria já nas etapas

municipais, encerradas no final de julho. Na avaliação de Thadeu, “nossa participação foi muito importante, estamos organizados nas comissões estaduais e nossas propostas têm sido aprovadas. A CONTEE tem sido muito elogiada também por sua atuação na Comissão Nacional, por seu papel estratégico, reconhecido, inclusive, pelo próprio Ministério da Educação”.

Entre os debates durante as Conferências municipais, intermunicipais e regionais, é possível apontar alguns pontos comuns que apareceram de maneira sistemática nas intervenções. Entre eles, a exigência de garantia de qualidade de ensino no setor privado; a necessidade de construção de políticas educacionais de Estado e não apenas estratégias de Governo; a recorrente preocupação com a Educação Infantil; e a questão da saúde dos

trabalhadores. Além, é claro, das discussões acerca da necessidade de ampliação do financiamento, democratização da gestão e valorização dos trabalhadores.

Mostra a sua cara

Outro ponto positivo alcançado em meio ao processo de construção da CONAE foi a revelação dos verdadeiros interesses e posições dos empresários da educação e de parte dos gestores públicos. Isso por que para participarem das etapas preparatórias foram “obrigados” a revelar suas reais intenções, antes escondidas em seus gabinetes e escritórios, sinalizando o tipo de embate a ser enfrentado na etapa nacional da Conferência. Neste sentido, há entre eles uma contradição: ao mesmo tempo em que reivindicam menor intervenção do Estado nas políticas educacionais de suas localidades, apresentam uma proposta de criação de um incentivo fiscal para oferta de bolsas de estudo nas escolas particulares de educação básica – uma espécie de “ProUni do ensino médio”. O Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE analisa: “eles querem que o Estado subsidie o ensino médio em escolas privadas, mas exigem total autonomia na condução das políticas educacionais e menor regulamentação”.

O que está por vir

A atuação destacada da CONTEE deve manter-se durante a realização das etapas estaduais e se ampliar em alianças e unidade em relação às suas principais propostas, uma vez que para garantir que as emendas indicadas cheguem à etapa nacional será preciso que sejam aprovadas por pelo menos cinco Estados diferentes. Só assim a emenda será efetivamente conduzida à CONAE. Tal determinação, elaborada pela Comissão Nacional Organizadora, tem o intuito de assegurar que só serão encaminhadas propostas que tenham verdadeiramente um caráter nacional e não de interesse específico de apenas um segmento ou região.

Para a CONTEE, além da inclusão do setor privado no Sistema Nacional de Educação e de sua efetiva regulamentação, uma das prioridades é a extensão de direitos, hoje somente garantidos aos servidores públicos, passando a ser obrigatória, por exemplo, a existência de



Seminário Nacional de preparação para a CONAE, em Brasília-DF

Articulação conjunta: cada proposta de emenda ao documento base da CONAE precisa ser aprovada em pelo menos cinco etapas estaduais para ser conduzida à etapa nacional.

um plano de carreira ou de um piso salarial também para os trabalhadores do setor privado de educação.

Desafios para 2010

Além de garantir a apresentação de boas propostas e viabilizar a aprovação delas no

decorrer da etapa nacional da CONAE, mais uma luta se anuncia para o próximo ano: a transformação das diretrizes apontadas pela Conferência em instrumentos concretos de construção de políticas públicas. Neste sentido, não se pode ignorar que 2010 será um ano de importantes mudanças políticas, advindas da renovação do Parlamento e do chefe do Poder Executivo, em função das eleições.

Segundo Thadeu, ao final da Conferência, o Documento aprovado será entregue ao Ministro da Educação, às duas casas do Parlamento (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e ao Conselho Nacional de Educação, instâncias onde será debatido, principalmente, o futuro Plano Nacional de Educação (PNE). Infelizmente, parece certo que o ano eleitoral retardará qualquer movimento de aplicação das resoluções da CONAE em ações concretas no curto prazo, mas será também, garante o Secretário da CONTEE, uma oportunidade de cobrar o compromisso dos candidatos em relação a um documento construído a partir de um amplo e democrático debate com a sociedade brasileira: “Teremos que reivindicar que os candidatos insiram em suas plataformas o compromisso com os resultados da Conferência, e depois, de imediato, garantir que implementem as diretrizes aprovadas”, projeta Thadeu.

Um documento progressista

Há certa unanimidade entre os representantes dos movimentos sociais de educação e os setores mais progressistas envolvidos no debate da Conferência em relação à qualidade do Documento referência. A forma de construção do texto, que priorizou temas de fundamental importância para a Educação e não dividiu o debate em níveis de ensino, favoreceu a discussão em torno dos elementos mais relevantes para a criação de um Sistema Nacional de Educação, ao mesmo tempo em que deixa margem para a colaboração dos Estados e Municípios por meio da ampla e democrática discussão com mais de 2,5 milhões de pessoas, envolvidas ao longo de todo o processo.

Essa é também a opinião do Presidente da UNE, Augusto Chagas. “Ficamos positivamente surpresos com o conteúdo do documento base. Achemos avançada a forma como está sendo proposto o debate”. Ele alerta que será preciso, entretanto, se preparar para a disputa de ideias na Conferência, a fim de garantir que a concepção da mercantilização da educação não saia vitoriosa. “Precisamos aglutinar e compor com setores que defendem outra visão de educação. Com certeza o setor privatista deve disputar e será um adversário. Portanto, pensar numa participação articulada, em minha opinião, é fundamental”, avalia Chagas.

Professora denuncia articulação dos empresários da educação

Realizada durante o Seminário da CONTEE de Preparação para a CONAE, a palestra “O setor privado de educação e seu papel no Sistema Nacional de Educação” foi apresentada pela professora Aparecida Tiradentes – pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – e trouxe surpreendentes informações aos sindicalistas presentes. Aparecida traçou um panorama da educação superior privada no contexto da intensificação e precarização do trabalho no neoliberalismo. Segundo ela, “o que acontece conosco (trabalhadores em educação do setor privado) não é diferente do que ocorre com os demais trabalhadores, em relação à mercantilização”. Sendo assim, ela acredita que não se pode desarticular as lutas sindicais do plano político, do trabalho e do pedagógico. No setor privado, afirmou Aparecida, atualmente, o grande coordenador da política pedagógica das Instituições de Educação Superior é o acionista. “O aligeiramento e a flexibilização curricular dos cursos rebate diretamente na questão das demissões e demais relações de trabalho”, avalia a professora.

A palestrante expôs a verdadeira intenção dos empresários de educação brasileiros, que, ao contrário do que querem parecer, estão de fato organizados e muito bem instrumentalizados para a disputa ideológica, até mesmo em função de articulações internacionais, que desejam e já praticam ingerência no setor educacional do País. A professora acredita que na CONAE, “ou patronato vai pegar pesado com base nas propostas desses documentos ou vai passar ao largo dela, em busca de intervir de outra forma”.



Os Eixos da CONAE

Finalizando a análise, iniciada na edição anterior da CONTEÚDO, dos seis eixos da Conferência, leia abaixo os comentários da Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, sobre:

Eixo IV – Formação e Valorização dos Profissionais de Educação

Na questão da profissionalização, que integra tanto a formação quanto a valorização dos trabalhadores da educação, é fundamental o entendimento de que para que ela seja efetiva são necessários: salários dignos, condições de trabalho e carreira.

Neste eixo, o Documento Referência ressalta questões de especial importância para a regulamentação da educação privada, como ao estabelecer que os princípios que norteiam a formação dos profissionais da educação devam ser os mesmos em instituições públicas ou privadas. Também reforça nossa Campanha contra a mercantilização da educação e estabelece a necessidade da superação de políticas aligeiradas das “empresas” e

políticas de formação que têm como diretriz o parâmetro operacional do mercado.

Outra questão importante trata da concepção de que a valorização do profissional deve ser alçada ao nível de política pública, como direito da sociedade e dever do Estado, sendo fundamental a instituição de Política Nacional de formação e valorização dos profissionais de Educação.

Eixo V – Financiamento da educação e controle social

Ao tratar do Financiamento, todas as análises e os dados apresentados no Documento Referência demonstram a urgência da elevação substancial do montante estatal de recursos investidos na área. O Financiamento da educação envolve a definição das condições materiais e de recursos para a formulação, implantação e avaliação das políticas educacionais e dos programas e ações. Também abrange os processos de gestão, acompanhamento, controle e fiscalização das verbas. O que traz a reflexão sobre a necessidade de sua vinculação ao Produto Interno Bruto (PIB), a partir de percentuais bem acima dos praticados atualmente. Entre as medidas necessárias, destaca-se a elaboração e aprovação de uma reforma tributária que garanta recursos financeiros para a elevação dos direitos sociais e distribuição de renda.

Calendário das Etapas Estaduais*:

São Paulo – 2 e 3 de outubro

Tocantins – 20 a 22 de outubro

Goiás – 11 a 14 de novembro

Mato Grosso do Sul – 11 a 14 de novembro

Mato Grosso – 15 a 18 de novembro

Piauí – 17 a 20 de novembro

Rio Grande do Sul – 23 a 25 de novembro

Espírito Santo – 24 a 27 de novembro

Alagoas – 26 a 28 de novembro

* Datas sujeitas a alterações

O mecanismo do custo aluno/qualidade, colocado como referência para o financiamento da educação básica pública, tem particular importância para os trabalhadores da educação privada, pois sua construção implica em debate sobre questões como: o número de alunos por turma; remuneração adequada e condições de trabalho dos profissionais da educação; e materiais necessários à aprendizagem.

Eixo VI – Justiça Social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.

Este eixo agrega temas como: a questão étnico-racial; indígena; do campo; das pessoas com deficiência; de crianças, jovens e adultos em situação de risco; e da educação ambiental e profissional, entre outras. Portanto, é importante que consideremos tais questões em sua articulação e intermediação com os outros cinco eixos apresentados anteriormente.

Dessa forma, um dos desafios a ser enfrentado é a desmistificação o lugar de neutralidade estatal, na defesa de que cabe ao poder público garantir a universalidade dos direitos, superando as desigualdades sociais. É importante também aprofundar o debate sobre as ações afirmativas enquanto políticas emergenciais que objetivam a correção das injustiças históricas perante determinados grupos sociais.

Há que se garantir ainda o direito à diversidade, o respeito às diferenças e o combate a toda e qualquer forma de racismo, preconceito e intolerância. Especialmente, na superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes dentro das instituições de educação do setor público ou privado de ensino. ●



O direito de decidir

A discussão sobre a interrupção da gestação em caso de anencefalia ganhou destaque na sociedade após o lançamento de uma campanha publicitária que aborda o tema, realizada por iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da CEPIA.

Desde o ano de 2004, quando o debate sobre a descriminalização do aborto em caso de anencefalia chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), o tema vem sendo discutido com maior profundidade, principalmente, entre magistrados, entidades de defesa dos direitos da mulher, instâncias religiosas e ativistas dos mais diversos segmentos. A fim de chamar à atenção de toda a sociedade para a questão, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a Cepia (Organização Não Governamental: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) lançaram recentemente uma campanha publicitária que propõe a legalização da interrupção da gravidez em caso de anencefalia e cujo objetivo central é sensibilizar a opinião pública sobre o sofrimento imposto a uma mulher e a sua família ao le-

var a termo uma gravidez nessas condições.

A anencefalia, ou ausência de cérebro, é uma má formação fetal irreversível e incompatível com a vida que pode ser detectada por ultrassonografia ainda no estágio inicial da gestação. Entretanto, o Código Penal Brasileiro, instituído em 1940, não permite a interrupção da gestação nestas

circunstâncias. Segundo Jacqueline Pitanguy, Conselheira de Notório Saber em questões de gênero do CNDM e idealizadora da Campanha, “a questão da anencefalia sempre esteve presente como uma enorme preocupação diante de uma legislação que impede a mulher de tomar uma decisão”.

Em 2008, Jacqueline representou o Conselho em audiências públicas no STF que discutiram o tema. “Apresentei a minha argüição a partir do nicho dos direitos humanos, da dignidade da mulher e eu ressaltai aos Ministros a questão da morte cerebral, chamando a atenção de que a legislação que vigora no Brasil com relação à doação de órgãos para transplante considera a morte cerebral como falecimento, ausência de vida. Então, no momento em que para a doação de órgãos a morte cerebral é reconhecida, por que não se reconhece a morte cerebral no caso da anencefalia? Procurei mostrar ali uma incongruência”, relata. O STF ainda não apresentou parecer sobre a questão, mas espera-se que a discussão volte à pauta no segundo semestre de 2009.

De modo geral, as questões religiosas ainda

se misturam muito com as orientações do Direto no Brasil. Entretanto, por se tratar de um Estado laico, não cabe à Justiça do País fazer nenhum julgamento quanto à conduta moral ou religiosa dos cidadãos. Neste sentido, é preciso, acima de tudo, separar esses conceitos. Para Jacqueline, é inevitável que haja interferência de cunho religioso sempre que são abordadas questões relacionadas ao abortamento, seja em caso de anencefalia, estupro ou risco à vida. “Agora, o direito a interrupção da gravidez está no marco de um debate sobre um Estado laico, de separação entre igreja e sociedade”, acredita.

Apesar disso, há uma tendência favorável das instâncias jurídicas no sentido de conceder a permissão para a interrupção da gestação, especificamente no caso de anencefalia. Para a Conselheira, “é interessante observar que o Poder Judiciário tem estado à frente até do próprio Legislativo na discussão da questão do abortamento. Já há uma jurisprudência positiva nesse caso”. Tal informação é confirmada pela pesquisa “Aborto induzido: Opinião e Conduta de Magistrados Brasileiros”, realizada pelo Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas, em novembro de 2006. Na opinião de 61,2% dos magistrados que participaram da pesquisa, é necessário que ocorram mudanças para ampliar as circunstâncias nas quais não se pune o aborto praticado por médicos. E 79,2% acham que o aborto deveria ser permitido em caso de diagnóstico de anencefalia. ◉

Paula Simas - SCOSTF



Jacqueline Pitanguy –
Conselheira de Notório
Saber em questões de
gênero do CNDM

A photograph showing three medical professionals in an operating room. They are wearing dark scrubs, masks, and hairnets. One is leaning over a patient lying on a table, while the others stand nearby. The room is brightly lit by overhead surgical lamps.

QUANDO O PARTO É DE UM ANENCÉFALO, O RESULTADO NÃO É UMA CERTIDÃO DE NASCIMENTO. É UM ATESTADO DE ÓBITO.

A anencefalia, ou ausência de cérebro, é uma má formação fetal incompatível com a vida. Hoje, os exames de ultrasonografia identificam a anencefalia já no princípio da gestação. Porém, o Código Penal Brasileiro, que foi instituído em 1940, muitos anos antes de existir a ultrasonografia, ainda hoje não permite que a gestante interrompa a gravidez nesta circunstância. Não considera assim, o enorme sofrimento desta mulher e de sua família. A anencefalia é irreversível e incompatível com a vida. Mas as leis são reversíveis e devem ser compatíveis com a dignidade humana.

As mulheres devem ter o direito de decidir pela interrupção da gravidez em casos de anencefalia.

CNDM Conselho Nacional de Direitos da Mulher cepia



ANDES, SINPROs e CONTEE: *recuperando a história*

*Por Madalena Guasco Peixoto e
Maria Clotilde Lemos Petta*

A análise dos fatos que marcaram a história da organização do movimento sindical docente é fundamental para uma melhor compreensão dos desafios e perspectivas colocadas no atual momento. A recuperação do contexto histórico e das circunstâncias em que ocorreu a criação do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) demonstra que, além das questões jurídicas e políticas relativas à sua representatividade, o que está em jogo é a própria concepção de categoria profissional e a organização sindical dos trabalhadores do setor privado de edu-

cação. Permite também compreender as razões pelas quais entidades, como Sindicatos de Professores (SINPROs) e de Auxiliares de ensino, Federações e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), que repre-

e APROPUC-CAMPINAS), diretamente envolvidas em tal discussão.

No final da década de 1970 e início dos anos 80, com a retomada das lutas e ações sociais de trabalhadores e da sociedade civil em geral, o movimento dos trabalhadores em educação de todos os níveis de ensino avançou na sua organização, tanto no setor público como no privado. Estabeleceram-se duas perspectivas: professores e técnico-administrativos da rede pública, até então proibidos por lei de se constituírem em sindicatos, organizam associações segmentadas nos níveis de ensino; enquanto os trabalhadores de educação da rede privada (professores e auxiliares) iniciaram movimentos de oposição sindical em busca da renovação das diretorias das entidades sindicais – SINPROs e Sindicato de Auxiliares de Ensino. Nas Instituições de Ensino Superior – IES públicas e privadas surgem as Associações Docentes (ADs), como organização por local de trabalho, desempenhando papel decisivo na constituição de diretorias combativas e progressistas dentro dos SINPROs.

Neste contexto, em 1981, foi fundada a, então, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, resultado da articulação das Associações de Docentes de vários estados do Brasil. Na ocasião, participaram deste Congresso 21 ADs de IES Federais, 17 de particulares, 13 de fundações, 5 de Estaduais e 1 de pesquisadores e Tecnólogos. Vale esclarecer que as ADs das IES particulares participavam da ANDES enquanto espaço importante na articulação das próprias Associações, mas reconheciam a representatividade sindical dos SINPROs. Sendo que inúmeras greves ocorreram e acordos coletivos foram assinados em conjunto pelos SINPROs e ADs, que lutavam em parceria também por uma Universidade democrática, comprometida com os interesses nacionais e participam das lutas pela redemocratização do País. Comprovando, portanto, que a representatividade sindical de muitos SINPROs, longe de ser genérica como costuma afirmar a ANDES, se fundamenta na direção política de muitas lutas e greves e no exercício da representatividade legal, no encaminhamento de ações coletivas na justiça do Trabalho e na assinatura de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos.

Com a promulgação da Constituição Federal de



sentam os trabalhadores em educação do setor privado, se posicionam contra o registro sindical da ANDES nos termos em que está sendo proposto.

Este artigo objetiva contribuir justamente para o entendimento e esclarecimento da questão, com base em documentos históricos das entidades envolvidas e também em nosso depoimento pessoal, já que na época da fundação da ANDES participávamos da direção de Associações Docentes – ADs (APROPUC-SP



Sharon Eve Smith

Madalena Guasco Peixoto,
Coordenadora
geral da CONTEE



Maurício Moraes

Maria Clotilde Lemos Petta,
Secretária de
Comunicação
Social da
CONTEE

1988, que passou a permitir que os funcionários públicos pudessem se organizar em sindicatos, várias Associações de professores e técnicos-administrativos das redes públicas municipais, estaduais e federal transformaram-se em Sindicatos da rede pública. Em seguida, a ANDES, em seu Congresso realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1988, decidiu criar o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado – ANDES-SN.

Entretanto, aqueles que militam no movimento docente e participaram da fundação da ANDES-SN são testemunhas da conduta antidemocrática adotada pela diretoria da ANDES na condução deste processo. Ao longo das reuniões preparatórias e quando a proposta foi divulgada, a esmagadora maioria das entidades representativas dos professores do setor privado – SINPROs e ADs – manifestou sua discordância sobre a pretensão da entidade em requisitar a respectiva representação sindical.

Arquivo CONTEE



Porém, os participantes do Congresso foram em sua imensa maioria professores das IES públicas e, apesar da contestação e do voto contrário das poucas ADs do setor privado presentes (como a APROPUC-SP), foi estabelecida, de forma totalmente artificial e antidemocrática, a representação sindical dos professores da educação superior pública e privada. Ainda assim, logo após o Congresso, algumas ADs, como APROPUC-SP e a APROPUC-CAMPINAS, convocaram um plebiscito, no qual os professores reafirmaram a representatividade dos SINPROs e, por isso, aprovaram a desfiliação da ANDES. Desde então, com a desfiliação da maioria da ADs, a participação de representantes dos professores da rede privada nas instâncias da ANDES é decrescente. Atualmente, são filiadas à entidade apenas quatro ADs. Em seu no último Congresso havia um único delegado representando todo o setor privado de ensino.

Com o decorrer do tempo, após a fundação arbitrária da ANDES-

SN, os SINPROs avançaram em sua organização e, juntamente com os técnicos e administrativos, criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE. Esta entidade, fundada em 1991, congrega hoje 73 SINPROs e Sindicatos de auxiliares e 7 federações, representando ao todo cerca de 500 mil trabalhadores em educação do setor privado de ensino. Vale destacar ainda que o número de filiados à CONTEE é crescente e em suas reuniões e encontros conta com a participação de representantes de entidades de trabalhadores do setor privado de todas as regiões do País e da grande maioria das ADs das IES particulares.

Portanto, a verdade dos fatos, comprovada por nosso testemunho pessoal e também por números incontestáveis, reflete em parte a total inadequação da concepção de categoria profissional contida na proposta da ANDES para os professores do setor privado. Como pode ser observado no artigo “Sindicalização – Uma

proposta para a ANDES” (Boletim da ANDES/ Número 36/ Página 8), em que a diretoria da entidade afirma que é preciso “definir os professores do ensino superior como uma categoria profissional, em primeiro lugar, e em segundo requerer a dissociação dos professores do 3º grau dos sindicatos de professores – SINPROs”.

Vemos assim que, para justificar a definição de docentes de ensino superior como categoria diferenciada, a ANDES recorre à sua especificidade, por produzirem conhecimentos científicos e por se dedicarem à pesquisa. Esta concepção, quando divulgada, provocou grande rejeição entre os professores do setor privado. Primeiro, porque considera, equivocadamente, que as especificidades relativas a cada nível de ensino descaracterizariam a unidade da categoria. Sendo que não só o ensino superior apresenta características próprias. Ou seja, pela lógica contida na proposta da ANDES, teríamos que fragmentar a categoria, considerando as especificidades do ensino infantil, fundamental, médio e superior.

Além do que esta concepção defendida pela ANDES demonstra total desconhecimento sobre a realidade da categoria, do setor privado como um todo e, até mesmo, do setor público. A entidade continua defendendo a ideia, no mínimo equivocada, de que somente os professores do ensino superior são pesquisadores. Para eles, os docentes de outros níveis de ensino são apenas reprodutores do conhecimento produzido na educação superior.

A CONTEE e os SINPROs, em todos os seus congressos e encontros, defendem exatamente o contrário. Afinal, para ter qualidade a educação deve contar com professores pesquisadores em todos os níveis de ensino. A especificidade que existe não se baseia nas atividades pelas quais os docentes são responsáveis e, sim, na responsabilidade em formar cidadãos brasileiros de diversas faixas etárias e em fases diferentes de sua formação acadêmica. Aparentemente, a ANDES formulou esta tese frágil e equivocada apenas para justificar a divisão da categoria. E, assim, além de não respeitar a trajetória sindical da catego-



A solução deste impasse contribuiria para o avanço da organização unitária e democrática dos trabalhadores da educação e para o fortalecimento do movimento sindical.

ria, fragmenta o movimento sindical dos professores, dividindo-o por níveis de ensino e favorecendo na prática os interesses dos sindicatos patronais.

Quanto à organização sindical, a proposta da ANDES também não considera a realidade do setor privado. A orientação de transformar as ADs em sessões sindicais do Sindicato Nacional desconsidera o autoritarismo característico das relações de trabalho na grande maioria das IES privadas. É claro que é fundamental avançar na organização por local de trabalho, mas é também preciso considerar que no contexto de fraca mobilização qualquer tentativa de organização por local de trabalho tem como resultado a demissão arbitrária das lideranças. Afinal, atualmente, esta cada vez mais restrita a garantia de estabilidade sindical para os diretores sindicais e a tão almejada estabilidade para as organizações por local de trabalho ainda não foi alcançada. Assim, no setor privado de ensino, esta forma de organização se revela impraticável na maioria das IES.

É preciso também considerar que, ao representar os professores da rede pública federal, a ANDES faz uma campanha unificada em nível nacional, com pauta única e negociando com um interlocutor específico: o Governo Federal. Já no caso do setor privado, a orientação da ANDES é fazer acordos coletivos por escolas, criando, na prática, a necessidade de um sindicato por empresa de ensino. Sem esquecer de

citar que as pouquíssimas ADs filiadas à ANDES ao firmarem Acordos Coletivos precisam referenciá-los nas Convenções assinadas pelos SINPROs, já que a An-des não as faz, revelando a total inadequação de sua proposta.

Por último, não podemos deixar de considerar que a Constituição de 1988, que concedeu liberdade sindical aos servidores públicos, também reafirmou o princípio da unicidade sindical, estabelecendo o sindicato único por categoria numa mesma base territorial. Neste caso, a categoria definida legalmente como categoria diferenciada é a de professores do setor privado de todos os níveis de ensino. Caracterizando, assim, os SINPROs como as entidades sindicais representativas da categoria de professores, que pode se diferenciar em acordos e convenções, conforme as especificidades dos diferentes níveis.

Portanto, a pretensão da ANDES em representar os professores da educação superior pública e privada, como se fosse uma categoria diferenciada, entra em conflito com o princípio

Arquivo CONTEE



constitucional da unicidade sindical. Uma vez que a referida categoria (professores do setor privado) já é, legítima e legalmente, representada pelos SINPROs, Federações e Confederação. Esta simples e óbvia questão tem fundamentado legalmente as sucessivas derrotas da ANDES nos processos judiciais em todas as instâncias jurídicas, na tentativa de obter o registro sindical para representação dos docentes das IES públicas e privadas.


A decisão do Tribunal Superior do Trabalho, divulgada de forma mentirosa pela ANDES como coisa julgada em reconhecimento do direito ao registro, somente reconheceu o direito ao simples arquivamento da respectiva solicitação de registro. Ou seja, do ponto de vista jurídico, resta à ANDES apenas medidas protelatórias.

A mais recente vitória da CONTEE e suas entidades filiadas foi a confirmação da manutenção do veto à representação sindical dos professores de ensino superior do setor privado, pretendida pela ANDES – SN. A decisão do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, publicada na quinta-feira,

Arquivo CONTEE



dia 5/06, na página 165, Seção 1, do Diário Oficial da União, ratifica a luta da CONTEE ao contestar judicialmente a reivindicação da ANDES de representação da categoria. A decisão do MTE restabeleceu o Registro Sindical da entidade somente em relação à representação dos docentes do setor público de ensino.

Concluimos, portanto, que para que esta questão seja superada será necessário que a ANDES – SN reveja sua posição. Afinal, a solução deste impasse, com certeza, contribuiria para o avanço da organização unitária e democrática dos trabalhadores da educação e para o fortalecimento do movimento sindical, tão necessários na conquista da sociedade justa e igualitária que tanto almejamos. 

Madalena Guasco Peixoto – Coordenadora geral da CONTEE, vice-presidente da APROPUC-SP (no período da fundação da ANDES-SN) e presidente da entidade entre 1991 e 2001.

Maria Clotilde Lemos Petta – Secretária de Comunicação Social da CONTEE, vice-presidente da APROPUC-CAMPINAS (no período da fundação da ANDES-SN) e presidente da entidade entre 1989 e 2004.



Sinpro-Rio na luta pela Saúde do Professor

A campanha “Condições de Trabalho e Saúde do Professor”, organizada pelo Sinpro-Rio, teve início em janeiro de 2009, objetivando sensibilizar a sociedade para a trágica realidade dos professores, desnaturalizar a violência nos ambientes escolares e, acima de tudo, convocar os docentes à reflexão e à luta por melhores condições de trabalho e saúde. No site da campanha (www.sauededoprofessor.com.br), que já teve mais de 19 mil acessos, os temas mais procurados têm sido a Síndrome de Burnout, as férias em janeiro, a voz e o assédio moral. O Sinpro-Rio também firmou convênios com psicólogos, que atenderão os professores sindicalizados a preços acessíveis, para avaliação e acompanhamento da saúde mental da categoria.

SINPRO-SP lança fórum virtual de debates

Desde junho, o site do Sinpro-SP (www.sinprosp.org.br) disponibiliza uma nova ferramenta de interação com os professores: o canal de fóruns, criado com o objetivo de promover discussões sobre temas educacionais de relevância para o cotidiano docente.

A ideia é instigar o debate, conhecer as diferentes posições, os relatos de experiências, para construir coletivamente conceitos e propostas sobre os temas presentes na vida profissional dos professores. Os assuntos inaugurais foram indisciplina e a Educação a Distância.

Esse é o primeiro de outros espaços de interação que o Sindicato irá desenvolver em seu website nos próximos meses.

XI Conttaep: Educação, Previdência e Saúde

O Sintae-RS realizou o XI Conttaep, nos dias 13 e 14 de junho de 2009, em Tramandaí/RS. Os 230 participantes e convidados debateram sobre “Direitos do Trabalhador: Educação, Previdência e Saúde”. A atividade recebeu como painelistas o Deputado Federal Pepe Vargas (PT-RS), que demonstrou as mudanças protagonizadas pelo governo Lula no período recente, como o aumento do valor do teto dos benefícios, a ampliação da cobertura previdenciária e a política de recuperação do salário mínimo.

A saúde do trabalhador também foi pauta, com a presença do médico do trabalho e assessor sindical,

Dr. Rogério Dornelles. A Plenária sobre Educação, que tratou da Conferência Nacional de Educação (CONAE), recebeu o Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE, José Thadeu de Almeida. Segundo ele, “ninguém melhor que os trabalhadores da educação para falar da sua realidade, para colocar o seu ponto de vista, visando mudanças estruturais que venham promover a emancipação social da população. Entendemos que a educação é emancipação e nós, trabalhadores, somos parte desta emancipação. Outros entendem que a educação é geradora de lucro e nós somos parte dessa exploração”.

Revista do Sinpro Campinas ganha prêmio do MinC

A Revista Sinpro Cultura, uma publicação do Sinpro Campinas, está entre os 78 projetos contemplados pelo prêmio Pontos de Mídia Livre do Ministério da Cultura, que busca reconhecer e valorizar Pontos de Cultura e/ou Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos que desenvolvem ou apóiam iniciativas de comunicação compartilhada e participativa.

Os projetos contemplados, entre as mais de 400 iniciativas inscritas, recebem R\$ 40 mil cada. O Sinpro Campinas é desde 2007 um Ponto de Cultura, projeto que integra o Programa Cultura Viva também do MinC e é o único Sindicato do País a participar da iniciativa. Atualmente, o Ponto de Cultura do Sinpro Campinas realiza atividades culturais, oficinas e cursos abertos à comunidade. Para saber mais, visite: www.sinprocampinas.org.br.



Capa da Revista Sinpro Cultura

Sinpro Minas elabora cartilha sobre pesquisa da saúde

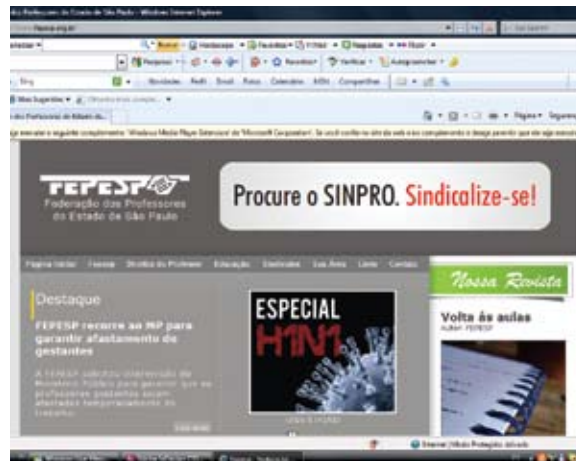
O Sinpro Minas publicou, em junho, uma cartilha informativa com os principais dados da pesquisa acerca das condições de saúde e trabalho dos professores da rede privada de Minas Gerais. A cartilha, distribuída nas escolas, traz informações sobre a violência no universo escolar, a caracterização demográfica e socioeconômica da categoria, os motivos que levam ao adoecimento dos professores, entre outros dados. Na imprensa mineira, a pesquisa, feita em parceria com a Fundacentro, a Fitee e o SAAE-MG, teve uma boa repercussão. Dados do levantamento referentes à violência na rede privada também foram destacados. Mais informações estão disponíveis na página do Sinpro Minas na internet (www.sinprominas.org.br).



Novo portal da FEPESP

Com o objetivo de criar uma plataforma que facilite o trabalho dos dirigentes sindicais e contribua para a organização dos professores, a FEPESP lança o seu novo portal (www.fepesp.org.br).

Além de informações gerais sobre educação e trabalho, o site disponibilizará conteúdos específicos para cada segmento da categoria— educação básica, ensino superior, Sesi e Senai. Será mais uma ferramenta para orientar e informar os professores de todo



o Estado de São Paulo.

O novo portal também foi concebido como um ambiente de articulação entre os sindicatos que, entre outras coisas, poderão abastecer o site com o seu próprio conteúdo, interagir e trocar informações. Os departamentos jurídicos, por exemplo, poderão dialogar entre si, de maneira que uma ação bem sucedida possa ser adotada em outros sindicatos.

Um marco na história de luta do Saaesl e Região

A greve geral por tempo indeterminado dos funcionários da Ulbra é um marco na história de luta do Saaesl e Região. Com início no dia 06 de abril de 2009, o movimento reivindicou o pagamento dos salários, do 13º salário, das férias e das multas pelos atrasos. Os trabalhadores exigiam a destituição da reitoria responsável pelo caos administrativo de uma das maiores instituições de ensino do sul do País. A paralisação teve uma grande participação de trabalhadores de todos os setores da Universidade, que juntamente com os professores e alunos tornaram o movimento vitorioso. A crise foi acompanhada por toda a imprensa gaúcha, com ampla divulgação das reivindicações dos grevistas.

Com a posse da nova reitoria e com o pagamento dos salários através de ações trabalhistas movidas pelo Sindicato, os funcionários decidiram pelo fim da paralisação no dia 24 de abril, em assembleia presidida pelo Saaesl e Região. Nesta ocasião, foi decidido também criar uma comissão de trabalhadores para acompanhar a situação da Ulbra e a retomada das atividades.

Formação ou deformação: eis a questão.

Coerente com a política desenvolvida nos últimos anos de qualificação dos membros da sua diretoria o do seu quadro de funcionários, o SAAEMG realizou nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2009, o III Seminário de Formação Política Sindical. Com o tema “Formação ou Deformação: eis a questão”, o seminário aconteceu em Caetanópolis, cidade localizada a cerca de 100 km de Belo Horizonte.

Dentre as atividades desenvolvidas, os participantes destacaram a presença do palestrante Lejeune Mirhan, presidente do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo, que falou sobre a “Origem do Neoliberalismo”, e da economista do Dieese, Maria de Fátima Lage Guerra, que tratou das: “Negociações Coletivas em Tempo de Crise”.

Houve ainda a exibição do filme “O Corte”, seguido de um debate coordenado pelo professor Gilson Reis, presidente do Sinpro Minas, e do lançamento de seu livro: “Sindicalismo: cenários de um novo tempo”. Durante as noites, não faltaram momentos de confraternização, como o “Comida di Buteco” e a “Festa Julina”, com cenário e trajes típicos.



Divulgação

O Secretário Geral do SAAEMG, Amaury Alonso Barbosa, a Vice presidente do SAAEMG, Neumam Paiva Gonçalves Zuzá, o palestrante, professor Lejeune Mirhan, e o Presidente do SAAEMG, Carlúcio Kleber Borges Araújo.

FITEE participa de audiência histórica



Delegação da FITEE participa de audiência na Câmara

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados realizou, no dia 30 de junho de 2009, uma audiência pública histórica que aprovou por unanimidade o Parecer favorável à aprovação da Proposta de emenda Constitucional (PEC 231/95) de autoria do então deputado e hoje Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE). Este projeto propõe a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e taxa a hora extra em 75% sobre a hora normal.

Lideranças sindicais representantes das mais variadas categorias profissionais lotaram o auditório e os corredores nas proximidades. Uma delegação da FITEE, composta por membros da sua Diretoria Executiva, Plena e Conselho Fiscal presenciaram esta vitória histórica da classe trabalhadora. Integraram a delegação os companheiros: Antônio Carlos Vivaldi (SINPRO/ES); Décio Braga de Souza (SINPRO Minas); Helena Rodrigues de Souza (SAAE-ES); João Batista da Silveira (SAAEMG), Maria de Fátima Carvalho Mendonça (SINAEE-JF); e Marcos Aurelio Menezes Matos (SINAEE-JF).

Os desafios do Sistema Nacional de Educação

O Brasil se aproxima da oportunidade de finalmente criar o seu Sistema Nacional de Educação. Entre os pontos mais relevantes desse desafio, destacamos a importância do regime de colaboração entre os entes federados, a superação das concepções neoliberais de educação, o fortalecimento e a democratização dos órgãos responsáveis pelo Sistema e a importância da gestão democrática nas instâncias educacionais.



No Brasil, para cada avanço social conquistado são necessários luta, planejamento, convencimento e construção coletiva. Não seria diferente com a educação. E, talvez por isso, o nosso País seja uma das poucas nações, entre as maiores economias do mundo, que ainda não conseguiu estabelecer e estruturar um Sistema Nacional de Educação. Essa análise é proposta pelo Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Dermeval Saviani, no texto: “Sistema de Educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação” – organizado a pedido do Ministério da Educação.

De acordo com o Professor, enquanto o Brasil ainda se perde em discussões que o desviam da questão do sistema nacional, “os principais países foram, desde o final do século XIX, organizando os respectivos sistemas nacionais de ensino”. Tal constatação revela a importância desse debate e a excelente oportunidade de reverter esse cenário, a partir da realização e legitimação social da CONAE.

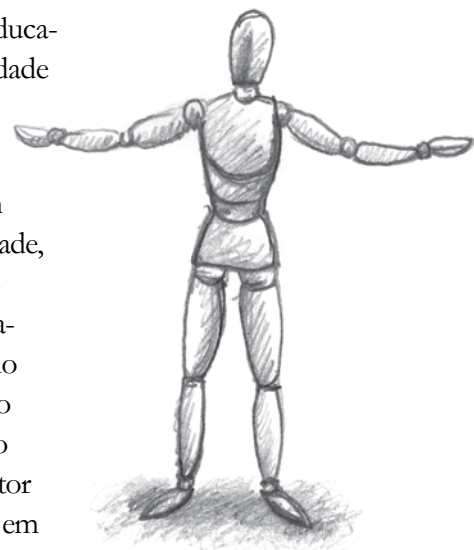
Para a Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, é preciso de fato ressaltar que a realização da Conferência é fruto de muita luta, e a própria criação de um Sistema Nacional também é uma reivindicação histórica dos movimentos sociais ligados à educação. Madalena pondera, entretanto, que “isso tem que estar articulado com um projeto de desenvolvimento para a construção de um País soberano e democrático, onde o Estado deve ser o res-

A falta de concepção de uma política de Estado para a educação gerou grandes problemas, que se refletem até os dias de hoje e que ainda precisarão de muito esforço para serem superados.

ponsável pela educação”. Para ela, “o problema é que o Brasil ainda não superou a disputa entre os interesses públicos e privados. A História da educação em nosso País revela que a luta pela universalização da educação pública de qualidade não foi vencida”.

Nesse sentido, a iniciativa privada tem grande responsabilidade, uma vez que, historicamente, sempre estabeleceu com o Estado brasileiro uma relação política que impede o fortalecimento do setor público de educação em todos os níveis – atuando em momentos de grandes e pequenas decisões nacionais sobre educação. A falta de concepção de uma política de Estado para a educação gerou grandes problemas, que se refletem até os dias de hoje e que ainda precisarão de muito esforço para serem superados.

Assim, a proposta da Conferência Nacional de Educação de criação de um Sistema Nacional de Educação é muito apropriada e urgente. Segundo a Coordenadora geral da CONTEE, o Documento Referência da CONAE



apresenta importantes contribuições e avança significativamente nessa direção, pois revela uma concepção de educação de qualidade social, que ainda precisa de pequenos ajustes, mas que de modo geral “estabelece referenciais progressistas e democráticos na luta por uma educação democrática e de qualidade”.

Para o Professor Dermeval Saviani, o encaminhamento da organização da Conferência Nacional de Educação foi acertado ao articular, no tema central, a questão da construção do Sistema Nacional de Educação com o Plano Nacional de Educação (PNE), pois há uma

íntima relação entre esses dois conceitos. Segundo ele, “sistema de ensino significa uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina. Supõe, portanto, o planejamento. Considerando que o prazo de vigência do atual PNE se esgota em 9 de janeiro de 2011, será necessário, o quanto antes, elaborar uma nova proposta e encaminhar ao Congresso Nacional”.

Um aspecto primordial

O ponto de referência para a construção do Sistema Nacional de Educação deverá ser o regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, assim como estabelecido pela Constituição Federal. Para Dermeval, “a implementação do regime de colaboração implicará uma repartição das responsabilidades entre os entes federativos, todos voltados para o mesmo objetivo de prover uma educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população brasileira”.

Para ele, o regime de colaboração não fere a autonomia dos entes federativos. “Mesmo porque



sistema não é a unidade da identidade, mas unidade da variedade. Logo, a melhor maneira de preservar a diversidade e as peculiaridades locais não é isolá-las e, sim, tratar de articulá-las num todo coerente, como elementos que são da mesma nação, a brasileira, no interior da qual se expressam toda a sua força e significado”, afirma em seu texto.

Sendo assim, de acordo com a análise do Professor, as normas básicas que regularão o funcionamento do Sistema serão de responsabilidade da União, consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. “Os Estados e o Distrito Federal poderão expedir legislação complementar, adequando as normas gerais a eventuais particularidades locais”, ressalta.

Avanços no Sistema

Aparentemente, uma questão de grande importância que precisa ser compreendida e efetivamente superada para que a construção de um Sistema Nacional de Educação articulado e progressista seja possível é o enfrentamento das concepções neoliberais, especialmente no que tange: ao resgate o papel do Estado; ao vínculo da educação com um projeto de desenvolvimento nacional democrático e soberano; à concepção de educação como direito e bem público, portanto de responsabilidade social; à universalização do ensino em todos os níveis; e à regulamentação da educação privada.

A concepção do Sistema Nacional de Educação proposto no Documento Referência da CONAE apresenta dois componentes primordiais de base democrática: o Fórum Nacional de Educação (FNE) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). O Fórum será a instância máxima do Sistema. Deve ser composto por ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação e deve ser responsável pela política nacional de educação e, principalmente, pela definição de diretrizes e prioridades dos planos nacionais de educação e a execução orçamentária da área.

Já o Conselho, como órgão normativo e de coordenação do Sistema, será composto por ampla representação social, tendo autonomia administrativa e financeira e articulando-se com os poderes Legislativo e Executivo, com a comunidade educacional e com a sociedade civil.

Na proposta do Sistema apresentada no Documento Base caberá ao Ministério da Educação, como órgão de governo e não de Estado, o relevante papel de formular e induzir políticas nacionais, que viabilizem a legislação e as normas democraticamente estabelecidas pelos dois outros órgãos mencionados (FNE e CNE). Também caberá ao MEC a coordenação das ações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de sua rede própria de instituições, a fim de guardar a unidade nacional e as diferenças e especificidades locais.

O Plano Nacional de Educação, como política de Estado, será o plano implementado e avaliado pelo Sistema Nacional de Educação, por meio do regime de colabora-





Para a construção do Sistema Nacional de Educação precisamos superar:

- Os obstáculos econômicos – histórica resistência à manutenção da educação pública;
- Os obstáculos políticos – descontinuidade nas políticas educativas;
- Os obstáculos filosófico-ideológicos – resistência no nível das idéias;
- Os obstáculos legais – resistência no plano da atividade legislativa.

ção e deverá ser avaliado periodicamente pela sociedade civil e pelos setores políticos.

Por conta disso, ressalta a Coordenadora Geral da CONTEE, “durante os debates da Conferência, precisamos aprofundar e elaborar de forma mais unitária possível a proposta de democratização do Conselho Nacional de Educação e de constituição do Fórum Nacional de Educação – instrumentos fundamentais do Sistema Nacional de Educação!”.

O sistema nacional e a qualidade da educação

A garantia da qualidade da educação é também ponto essencial na discussão do Sistema. Sendo

assim, se forma muito apropriada, o Documento Referência da CONAE aborda com profundidade os aspectos que influenciem a qualidade da educação, sob dois aspectos: extra e intra-escolares. Em relação às dimensões extra-escolares, o Documento apresenta: o espaço social e as obrigações do Estado. Já entra o que denomina de dimensão intra-escolar, destaca: o plano do

Sistema; o plano de Instituição educativa; o plano do professor (formação, profissionalização e ação pedagógica); e por fim o plano do estudante (acesso, permanência e desempenho).

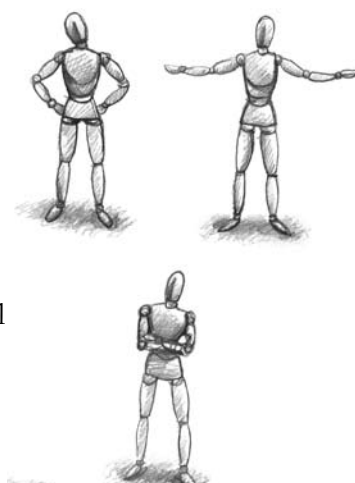
Entre as variáveis macroestruturais que têm influência direta na qualidade da educação, a Professora Madalena Guasco Peixoto destaca: a concentração de renda, desigualdade social, garantia do direito à educação, entre outras; os sistemas e instituições de educação básica e superior; o próprio processo de organização e gestão do trabalho educativo, que implica condição de trabalho, processos de gestão educacional, dinâmica curricular, formação e profissionalização; a educação como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas; a interferência dos organismos internacionais, a mercantilização e a transformação da educação em serviço; e a importância dos sistemas e das instituições como espaços de regulação e de produção de uma dada dinâmica pedagógica, bem como o papel dos diferentes atores, institucionais ou não, no processo de construção da qualidade.

Segundo ela, a gestão democrática é outra questão de impacto. “A deliberação coletiva (entre estudantes, funcionários, professores, pais, mães ou responsáveis) precisa ser assumida como fator de melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento e continuidade das políticas educacionais, enquanto políticas de Estado articuladas com as diretrizes nacionais para todos os níveis e modalidades de educação. Essa deve ser a lógica da gestão educacional e o modo de tomada de decisão no Sistema Articulado de Educação, em todos os âmbitos”. A necessidade de democratização dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de educação também é considerada fundamental pela Professora, bem como a existência de um Fórum Nacional de Educação atuante.

Efetivação do Sistema

Um dos principais desafios, após a realização da CONAE, será justamente a transformação das propostas aprovadas para a criação do Sistema

Nacional de Educação em diretrizes para a real formulação das políticas públicas de educação para o País. “A expectativa das forças progressistas é de que o Governo Federal atual ratifique seu compromisso com os resultados obtidos na Conferência, e que os representantes do Estado e das entidades de educação e do movimento educacional se comprometam em transformar essas deliberações em bandeiras de luta a serem concretizadas na formulação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2011”, conclui a Coordenadora geral da CONTEE. ●



Mais verbas para a Educação

A vinculação do financiamento da educação com o percentual do Produto Interno Bruto é fundamental para o êxito de todas as medidas a serem definidas na Conferência Nacional de Educação. O aumento imediato de verbas para educação é ponto de partida de qualquer discussão que trate da qualidade do ensino, da valorização profissional e da criação do Sistema Nacional de Educação.

Sistema Nacional de Educação:

Uma decisão política

A fim de compreender melhor e aprofundar o debate sobre a necessidade e a importância da criação de um Sistema Nacional de Educação no Brasil, a CONTEÚDO entrevistou o Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Dermeval Saviani. A seguir, ele trata do significado de Sistema, das contradições do empresariado da educação, das disputas políticas de 2010 e dos avanços a serem conquistados na Conferência Nacional de Educação.



O Sistema Nacional de Educação se constitui no âmbito público. De que forma as escolas privadas integram este Sistema?

Dermeval Saviani – Quando pensamos em Sistema Nacional de Educação há dois aspectos a serem considerados: o lógico e conceitual e o aspecto histórico. Do ponto de vista lógico e conceitual o Sistema é produto da atividade sistematizada, intencional, adequada a objetivos e finalidades. A importância da organização da educação como um Sistema está ligada ao fato de organizar a educação de forma intencional, ou seja, ultrapassar a fase espontaneista.

Em termos históricos, o que nós constatamos é que na sociedade moderna a escola se converteu na forma principal de desenvolvimento e educação. Na medida em que o eixo da produção se desloca do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, a própria organização social incorpora a comunicação escrita, a cultura letrada, e isso faz com que para viver nas cidades e para trabalhar nas indústrias seja

“A criação de um Sistema Nacional de Educação é o elemento chave para você resolver o problema da qualidade da educação e, a partir daí, dinamizar a sociedade.”



Fotos: Maira Soares

necessário o domínio dos códigos formais.

Ao final do século XVIII, após a revolução francesa, veio à proposta de uma escola universal, pública, gratuita e obrigatória. A partir daí os países começaram a organizar o ensino primário. No século XIX, foram atingindo o objetivo da universalização da escola elementar e, conseqüentemente, da erradicação do analfabetismo. Os países que não fizeram isso tenderam a ficar para trás, como é o caso do Brasil, que foi adiando a instalação do Sistema Nacional de Educação. Na América Latina, países como Argentina, Chile e Uruguai conseguiram praticamente erradicar o analfabetismo já em meados do século XX.

É a partir desses dois aspectos que se clarificam o significado do Sistema Nacional de Educação e as suas características. Uma característica básica do Sistema é o seu caráter normativo, a capacidade de gerar normas que obriguem a todos. Quem tem a prerrogativa de fixar normas comuns é o Estado, é a esfera pública. Decorre disso que o Sistema só pode ser público, porque os setores privados não têm a prerrogativa de

estabelecer normas e muito menos normas que obriguem ao conjunto da população. Então, nesse sentido, as escolas privadas integram os Sistemas públicos. Só por analogia pode-se falar em sistema particular de ensino, ao se referir ao conjunto das escolas mantidas pela iniciativa privada.

A atual crise financeira mundial coloca em cheque o ideário neoliberal, colocando a necessidade da redefinição do papel do Estado, no sentido de

uma maior regulamentação dos diferentes setores. O senhor considera que vivemos um momento propício para a criação de um Sistema Nacional de Educação?

Dermeval Saviani – Nós estamos na etapa monopolista do capitalismo, com a formação dos grandes monopólios, com concentração do capital. E isso está ocorrendo também na educação, com essas grandes redes, que estão agora trazendo capital internacional, entrando na bolsa. Se houvesse um Sistema Particular de Educação, isso significaria que ele seria autônomo, que criaria as normas e que o Estado não teria a mínima ingerência. Os empresários em geral tendem a essa reivindicação, mas isso não existe, não é possível. Os próprios empresários, apesar de quererem ter a liberdade, querem também o respaldo público, tanto normativo, como financeiro. A questão educacional integra a esfera pública e, portanto, só no âmbito público ela pode ser equacionada.

O que está se evidenciando agora com a questão da crise financeira mundial é que o Estado é controlado pelos setores dominantes. Então, a reivindicação do Estado mínimo segue na direção de liberar as forças de mercado da pressão dos trabalhadores, num movimento de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical. O neoliberalismo tende a desregular os direitos dos trabalhadores. Agora, quando o capital entra em

crise fica evidente que não era uma liberdade geral, porque o Estado é chamado a intervir para proteger o capital e para realizar aquela famosa tese da privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos.

No caso da educação, percebemos que esse fenômeno também se manifesta, porque o empresariado reivindica que o Estado garanta formação básica e uma mão de obra mais maleável, adequada às demandas do mercado. Isso de um lado pode facilitar a organização do Sistema Nacional. Há uma expectativa de que o MEC (Ministério da Educação) assuma funções mais ativas na educação básica. Há até quem defenda uma federalização da educação básica. Nesse

“Seria importante que se tomasse algumas medidas que não fossem fáceis para um novo governo mudar.”



sentido, podemos considerar que o momento é mais favorável.

Quais as contradições na atuação do empresariado no campo educacional?

Dermeval Saviani – A tendência geral do empresariado é querer liberdade de ação, de mercadejar. Por outro aspecto, a educação básica não tem grande atrativo para a iniciativa privada, porque ela tem um custo e o resultado não é imediato. A não ser que seja subsidiada. Por isso, a iniciativa privada reivindica o papel do Estado na constituição de escola pública de qualidade. O que eles chamam de qualidade é um ajuste ao mercado. Para eles, por mais excelente que seja, se a educação estiver desfocada do mercado, não tem qualidade.

O ensino superior já tem outra característica, é mais viável de ser explorado privadamente e comercialmente, tanto que há um movimento de retirada do ensino superior da esfera da educação para a esfera do comércio. Em nível mundial, ela sairia do âmbito na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e passaria para o âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). É a conversão da educação em mercadoria.

Por isso, há um movimento dos empresários pela ampliação da educação básica. Na educação superior, a reivindicação é de que ela seja mais livre possível e capitaneada pela iniciativa privada. Se admitem, em algum grau, a iniciativa pública, reivindicam que não seja gratuita. Então, há várias manifestações e até Projetos de Leis no Senado para introduzir o pagamento do ensino superior.

Como o senhor analisa a atuação do governo Lula em relação à educação?

Dermeval Saviani – Temos que ter presente o grau de ambigüidade do próprio governo federal, porque a expectativa que nós tínhamos era a de que este governo conduziria a uma mudança importante na política de modo geral e na política educacional também.



“A reivindicação do Estado mínimo segue na direção de liberar as forças de mercado da pressão dos trabalhadores, num movimento de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical.”

Mas quando assumiu já sinalizou claramente que não ia mudar a política econômica. E no campo social, com aquela reforma da previdência e a própria reforma universitária, sinalizou que haveria uma certa continuidade da política anterior. Houve um reforço de políticas sociais e também algumas alterações na política educacional, mas que não atingem os pontos centrais, que era a expectativa, como o Plano Nacional de Educação, por exemplo.

A expectativa era de que fossem derrubados os vetos ao Plano Nacional de Educação, feitos pelo governo do PSDB (Partido da Social Democracia

Brasileira), mas não foi tomada nenhuma iniciativa nesse sentido e em nível superior houve uma articulação com as escolas privadas e um reforço com a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos).

Por isso, a introdução do Plano Nacional da Educação na Conferência faz sentido. Agora há um problema de calendário político, porque o atual PNE vence em janeiro de 2011 e no ano que vem será preciso elaborar um novo projeto, senão vai ficar um vácuo. Acontece que esse calendário

projeta uma situação de dificuldade de uma mobilização mais ampla e de envolvimento das várias instâncias nessa discussão e nas decisões relativas à elaboração e implantação do Sistema Nacional de Educação.

Um outro aspecto é que o PNE acaba sempre como carta de intenções, especialmente, por não dispor os recursos financeiros, e sem isso as metas não podem ser efetivadas. No fluxo do funcionamento da educação, o próprio MEC ignorou o atual PNE e depois lançou o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). O PNE tem que ser uma Lei, determinada pelo Congresso, que para ser substituída tem que aprovar outro projeto e revogar o anterior. Senão não é um Plano, é um programa de metas. Eu dizia que o PDE poderia ser considerado como uma estratégia para a implementação das metas do Plano Nacional de Educação, porque ele não está articulado como um



Plano, não foi formulado e não leva em consideração as metas de um Plano. Então, são necessárias novas medidas com caráter operacional. Esta Conferência já tem um pouco esse espírito.

Qual s sua expectativa quanto à realização da CONAE em 2010?

Dermeval Saviani – Eu acho que a realização dessa Conferência é realmente importante. Tenho apoiado, estou disposto a colaborar, mandei o documento que me pediram, estive no lançamento, vou estar na abertura, porque eu acho que nós já perdemos tantas oportunidades de organizar um Sistema Nacional de Educação. A última foi na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), depois no Plano Nacional da Educação e agora temos esta.

Acho também que é um momento crucial, porque é fim de governo e nós não sabemos o que vai acontecer nas eleições no ano que vem. Seria preciso que se conseguisse, em 2010, fazer encaminhamentos que implicassem algum grau de irreversibilidade, porque há um risco quando assume um novo governo de reversão de expectativa. Então, seria importante que se tomasse algumas medidas que não fossem fáceis para um novo governo mudar.

Que medidas deveriam ser implementadas?

Dermeval Saviani – No que se refere à educação básica, conseguirmos comprometer o grau de investimento, o percentual do PIB no setor em âmbito nacional. Se isso se converter em Lei, caso o novo governo ao assumir pretender revogar, vai depender do Congresso. Se a sociedade estiver mobilizada nessa questão, vai ser mais difícil de fazer isso.

Se o PSDB ganhar às eleições, a tendência é voltar à política que vigorava antes. O governo



“A questão educacional integra a esfera pública e, portanto, só no âmbito público ela pode ser equacionada.”

“Já perdemos tantas oportunidades de



“Há um movimento de retirada do ensino superior da esfera da educação para a esfera do comércio. É a conversão da educação em mercadoria.”

atual tem mais proximidade com os movimentos sociais e, nesse sentido, é mais suscetível as pressões da sociedade. O governo anterior se caracterizava por uma relação diferente com a sociedade civil e, em especial, com o campo da educação. Era uma relação estranha, porque de um lado se colocava numa situação de superioridade e de outro considerava o magistério como um obstáculo, um empecilho, como se tivesse má vontade, fosse muito corporativo e quisesse só defender interesses próprios. A universidade para eles, além de corporativa, só está preocupada com teorias. Já no caso do governo atual você nota que foram efetivados encaminhamentos. E na medida em que as críticas são feitas há uma tendência a não desconsiderar, a não romper esse diálogo com os movimentos sociais.

O diálogo do governo Lula com os movimentos sociais resultou em avanços concretos na área educacional?

Dermeval Saviani – Olha, em alguns sentidos, sim. Quando a gente vê os encaminhamentos que estão sendo feitos a respeito da educação básica, essa preocupação em interferir na qualidade da educação, em canalizar recursos, isso é positivo. Agora quando eu faço essa avaliação, estou pensando prospectivamente, quer dizer, em termos do que seria importante conquistar nesse último ano, porque final de governo também é propício para isso.

Como se sabe que o Lula não pode continuar e a possibilidade de que uma outra candidatura seja vitoriosa é incerta, então, há mais receptividade para a aprovação de medidas que amarrem compromissos e que correspondam a uma demanda histórica da população e do movimento educacional. Cria uma chance que não poderia se desperdiçar.

organizar um Sistema Nacional de Educação”.

Por isso, é importante uma mobilização das associações educacionais, tanto dos trabalhadores da educação, dos sindicatos, como das chamadas instituições científicas, movimento estudantil, para aproveitar essa oportunidade da Conferência Nacional de Educação para traçar alguma coisa de concreto – no sentido de reordenar as decisões no campo educacional, o compromisso do Estado.

oportunidades que não é verdade que o Brasil seja um País pobre. É injusto, desigual, mas está entre as economias mais fortes do mundo. Então, esse argumento não funciona.

Quando se decide, se assume que a educação é o fator central, a criação de um Sistema Nacional de Educação é o elemento chave para você resolver o problema da qualidade da educação e, a partir daí, dinamizar a sociedade. Não faltam condições para o Brasil ter um Sistema Nacional de Educação funcionando a pleno vapor, porque temos escolas instaladas no País inteiro, uma economia que gera recursos para manter essas escolas, a estrutura governamental, desde os Municípios até a União, montada. É uma questão de decisão política, de assumir que isso é relevante, que é prioridade e tomar as medidas efetivas para isso. ●

A existência de vontade política é o maior desafio para a implementação do Sistema Nacional de Educação?

Dermeval Saviani

– Se você entende por vontade política como tomar decisão a partir de elementos que estão dispostos, eu diria que sim. Esse argumento de que não é possível um Sistema Nacional porque o País é pobre, tem muitas necessidades a atender, não procede. Já disse em várias



CONTEE participa do VI CLASU no Peru

Arquivo CONTEE



Diretor da CONTEE durante a atividade, em Lima (Peru)

De 25 e 29 de março, a CONTEE, representada pelo diretor da entidade, Reginaldo Meloni, participou do VI Congresso Latinoamericano de Sindicatos de Universidades (CLASU), realizado em Lima, no Peru. Entre os principais debates foram tratadas questões sobre qualidade, permanência e equidade na educação, além da análise do movimento sindical universitário na região.

O VI CLASU foi organizado pela Federación Nacional de Docentes Universitarios del Perú (FENDUP), Federación Nacional de Trabajadores de las Universidades del Perú (FENTUP), Federación de Estudiantes del Perú (FEP), Federación de Sindicatos de Trabajadores de las Universidades de Centro América, México y El Caribe (FESITRAUCAMC), Federación Nacional de Sindicatos Universitarios de México (FENSU), Federación de Docentes de las Universidades de Argentina (FEDUN), e a Internacional da Educação para América Latina (IE-AL).

Reginaldo Meloni destacou: “tivemos a oportunidade de divulgar a campanha “Educação Não é Mercadoria”, distribuir nossa revista CONTEÚDO e estabelecer inúmeros contatos com dirigentes sindicais de todo o Continente”. A CONTEE participou ainda de duas mesas de discussões.

CONTEE realiza Seminário de Formação Política

Organizado pela Regional Sudeste e a Secretaria de Formação e Políticas Sociais, o Seminário de Formação Política da CONTEE reuniu sindicalistas em Juiz de Fora (MG), no dia 25 de abril, para debater a flexibilização das leis trabalhistas e o Movimento Sindical frente à crise econômica mundial.

O Seminário teve início com a exposição do Dr. Luiz Olympio Brandão Vidal, juiz do TRT 3º Região, que informou aos presentes sobre uma série de leis e súmulas sobre os direitos trabalhistas. Com destaque para a dispensa coletiva sem negociação, classificada por ele como



Arquivo CONTEE

prática anti-sindical, e o projeto Vaccarezza, o qual tramita no Congresso Nacional e propõe instituir uma série de ataques, como o banco de horas sem acordo coletivo. Em seguida, o diretor executivo da CUT Nacional, Júlio Turra, afirmou que a crise não é um mero desajuste do sistema financeiro, mas uma crise estrutural do próprio sistema capitalista.

VI Seminário: conquistas e desafios nas relações de gênero

Arquivo Daniele Moraes

A sexta edição do Seminário de Gênero da CONTEE, realizada nos dias 13 e 14 de março, na Colônia de Férias do Sinpro-SP, em Praia Grande/SP, trouxe para o debate temas essenciais para o fortalecimento da luta pela emancipação das mulheres. O Seminário foi organizado pela Secretaria de Gênero e Etnia da CONTEE, sob a coordenação de Rita Fraga Zambon. Uma característica comum marcou o ponto de partida da apresentação das palestrantes convidadas para a atividade: o resgate histórico da trajetória feminina na ocupação de novos espaços sociais no Brasil e no mundo. Afinal, entender o caminho percorrido é fundamental para traçar novos rumos.

A primeira palestra contou com a participação de Lúcia Rincón – Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Professora da PUC/Goias; e da professora Odisséia Pinto de Carvalho – Assessora Especial Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República, que trataram dos “Direitos Cívicos e Políticos: A conquista da cidadania feminina”.

No segundo dia, as atividades começaram bem cedinho com a mesa “A mulher e o mercado de trabalho no Brasil globalizado”, que contou com a exposição da Secretária Nacional de Organização da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Denise Motta Dau. E ainda pela manhã, o Seminário recebeu a Coordenadora da Red de Mujeres na América Latina da Internacional da Educação, a professora chilena Loreto Muñoz, e a Secretária de Relações Internacionais da CNTE e vice-presidente do comitê regional da América Latina da Internacional da Educação, Fátima Aparecida da Silva, que compuseram a mesa “A mulher na América Latina, desafios e conquistas”. Loreto Muñoz ressaltou que as mulheres não desejam disputar espaço com os companheiros de sindicato e, sim, fortalecer as organizações com maior participação das mulheres.

A mesa “Direito reprodutivo: o meu, o teu, o nosso direito de decidir” foi apresentada pela advogada e



Participantes do VI Seminário de Gênero da CONTEE

assessora jurídica da CONTEE, Dra. Delaíde Arantes.

Ao final do segundo dia de debates, os companheiros e companheiras presentes assistiram a uma atividade cultural performática e sensorial, que misturou interpretação, literatura, música e interatividade, que abordou a relação da sociedade com a reprodução da vida, questionando quem deve decidir sobre o corpo da mulher. Em seguida, um jantar de confraternização, com música ao vivo, marcou o encerramento das atividades.

O portal da CONTEE não para de crescer

A visitação e consulta ao Portal da CONTEE na internet não param de aumentar. Nos últimos dois anos, a audiência do Portal cresceu quase 400%, com picos de visitação em momentos que antecederam atividades e lutas importantes, como os Seminários da entidade, Conferência Nacional de Educação Básica e o Dia Internacional da Mulher.

Entre os temas mais acessados, matérias relacionadas à Campanha “Educação Não é Mercadoria”, informações trabalhistas e decisões judiciais e textos sobre questões de gênero, especialmente ligados à Lei Maria da Penha.

Curtas da Contee

Arquivo UNE



Plenária final do Congresso da UNE de 2009, Brasília-DF

CONTEE participa do 51º Congresso da UNE

Representada pelo diretor da entidade Reginaldo Meloni, a CONTEE participou de duas mesas de debates durante o 51º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Brasília/DF, entre 15 e 19 de julho. Uma delas discutiu: “Os Desafios da Construção do Sistema Nacional de Educação” e contou ainda com a presença do Professor Arlindo Queiroz – Coordenador da Comissão Nacional da CONAE/MEC; Gustavo Balduino – Secretário Executivo da ANDIFES; Roberto Franklin Leão – Presidente da CNTE; Rafael Chagas – diretor da UNE; Thiara Milhomen – Diretora da UBES; e Maria Auxiliadora Rezende Seabra – Secretária Estadual de Educação de Tocantins.

Houve grande consenso entre os debatedores em relação a questões estratégicas, como a necessidade de mais verbas para a educação, regulamentação do ensino privado e democratização do acesso ao ensino, entre outras. O ponto polêmico apareceu com mais evidência em função do Prouni e Reuni. “Um grupo de estudantes presentes que se opõe aos Programas várias vezes levantou a palavra de ordem: “oh Lula, não leve a mal, o favelado tem que ir pra Federal”, e a resposta

veio imediatamente dos favoráveis às iniciativas: “oh, oh, oh, oh, o filho do pedreiro vai poder virar doutor”, relatou Reginaldo.

A CONTEE também prestigiou o debate sobre “Regulamentação do Ensino Privado”, que teve também a participação da Dra. Lia Carneiro – Ouvidoria da UNE; Dr. Peterson Pereira – Procurador da República; Dr. Samuel – Secretária de Educação Superior do MEC; e Mário Pederneiras – Conselho Nacional de Educação.



Arquivo CONTEE

Estudantes discutem a Regulamentação do Ensino Privado

Arquivo CONTEE



CONTEE em Madri

A CONTEE participou da primeira etapa do “Projeto de fortalecimento institucional através da formação de líderes sindicais no setor de ensino na América Latina” – realizado, entre os dias 2 e 6 de março, em parceria entre a Internacional da Educação (IE) e a Federación de Enseñanza da Confederación Sindical de Comisiones Obreras – FECCOO – entidade educacional espanhola.

A atividade aconteceu em Madri na Espanha e contou com a participação de diversos dirigentes sindicais de entidades de educação da América Latina. A CONTEE foi representada pela Secretária

geral da entidade, Cristina Castro, que acompanhou a atividade a convite da IE – em função da importante e numerosa representatividade da Confederação entre os trabalhadores do setor privado de ensino em nível nacional.

Durante as atividades, a dirigente da CONTEE teve a oportunidade de apresentar a Campanha “Educação Não é Mercadoria” aos companheiros sindicalistas que pertencem ao grupo. A iniciativa da Confederação foi muito bem recebida e destacada como de fundamental importância para a luta sindical na AL – que já começa a vivenciar processos de privatização intensas da educação em países como a Nicarágua e Colômbia.

V Seminário debateu impacto da crise nas Campanhas Salariais

A fim de realizar um balanço das campanhas salariais de 2009, frente aos desafios apresentados aos trabalhadores no atual momento, especialmente em função da crise financeira mundial, e já dando início às discussões e formulações de estratégias para as negociações coletivas do próximo ano, a Secretária de Organização e Políticas Sindicais, em parceria com a Secretaria Geral da CONTEE, realizou no dia 8 de maio o seu V Seminário de Campanha e Negociação Salarial.

A atividade contou com uma valiosa exposição de Sérgio Mendonça, técnico do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, sobre os impactos da crise no Brasil, no mundo, no emprego e renda dos brasileiros. Sérgio fez ainda uma análise da conjuntura econômica mundial, projetando os desafios que devem se colocar para o próximo período.

Foto: Daniele Moraes



Entidades discutem estratégias para enfrentar a crise

O Seminário tirou um indicativo, encaminhado à diretoria da CONTEE, de realizar um novo encontro no mês de outubro e construir uma Campanha Nacional de luta unificada em defesa da categoria.



A comunicação *em pauta*

Além de tratar de questões específicas do movimento sindical e suas estratégias de comunicação, o Seminário de Comunicação da CONTEE aproximou as entidades da luta pela democratização da mídia, fator preponderante para o enfrentamento contra-hegemônico e para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

O que a democratização da mídia tem a ver com a luta por uma educação gratuita, de qualidade e para todos? Tem tudo. E isso ficou comprovado durante o Seminário de Comunicação realizado pela CONTEE, nos dias 28 e 29 de maio de 2009, em São Paulo/SP. Ilustres palestrantes puderam debater com os companheiros e companheiras das entidades filiadas à Confederação sobre o tema, demonstrando que a democratização da mídia é fundamental no enfrentamento da luta contra-hegemônica no Brasil. Outro ponto que mereceu destaque foram as

oportunidades proporcionadas pelo avanço das novas tecnologias e dos meios digitais e seus reflexos na intervenção midiática dos movimentos sociais e sindicais.

O que é a mídia no Brasil?

No primeiro dia de atividades, uma programação extensa e articulada, trouxe ao Seminário uma avaliação e um diagnóstico da mídia contemporânea, questionando seus contornos e perspectivas. Esse foi o tema da primeira mesa: “O papel da mídia na atualidade”, que contou com a participação do editor da Revista Fórum, Renato Rovai; do colunista da Revista Caros Amigos, Plínio Teodoro; e do jornalista, colunista da Agência Carta Maior e professor da Universidade de Brasília, Venício de Lima.

Ao longo da exposição, os convidados foram unânimes em afirmar que a mídia hoje no Brasil precisa

de regulamentação, em especial no que tange à concentração dos veículos de comunicação nas mãos de algumas poucas famílias, que detêm concessões de TV, rádio e comandam os principais órgãos de imprensa do País. Além disso, ressaltaram a arbitrariedade gerada pelo fato de que muitos parlamentares brasileiros também são donos de grandes meios de comunicação e que, portanto, têm o poder de legislar em causa própria.

Em seguida, um instigante e desafiador tema foi apresentado na mesa: “A internet como instrumento de mídia livre”, que contou com as generosas contribuições do pesquisador e professor da pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero, Sergio Amadeu da Silveira, e do jornalista e autor do Blog “Vi o Mundo”, Luiz Carlos Azenha. Uma imensa quantidade de informações, dados e reflexões inovadoras foram expostas, deixando a certeza de que as novas tecnologias precisam ser incorporadas e melhor utilizadas no movimento sindical – a fim de fortalecer a luta dos trabalhadores, integrar a base à sua representação e fazê-la interagir de maneira mais autônoma, participativa e direta.



O jornalista Luis Carlos Azenha fala durante o Seminário de Comunicação da CONTEE

Não está nas bancas de jornais

Os participantes do Seminário foram convidados a assistir ao documentário: “A revolução não será televisionada”, de Kim Bartley e Donnacha O’Brian, que narra em detalhes o processo de golpe-midiático contra o Governo Hugo Chávez, na Venezuela, em 2002. Os autores do filme, dois irlandeses que, coincidentemente, estavam gravando um documentário no interior do Palácio do Governo venezuelano exatamente no momento

em que aconteceu o golpe, acompanharam todos os episódios – desde as informações falsas veiculadas na imprensa local, o sequestro do presidente Hugo Chávez, a invasão do Palácio pelos opositores, até a retomada do Poder.

A sociedade brasileira na luta contra-hegemônica

O painel principal da atividade tratou dos desafios para a construção, mobilização e participação da sociedade civil organizada na Conferência Nacional de Comunicação, convocada pelo Governo Federal para dezembro de 2009. Os palestrantes convidados foram: o gerente executivo de jornalismo da TV Brasil – Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Forestan Fernandes Jr.; o diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), José Carlos Torves; e o coordenador do Coletivo Intervezes, João Brant. A importância da iniciativa foi destacada pelos palestrantes, em especial a importância da ampla participação da sociedade nos debates e na mobilização para a Conferência, a fim de garantir sua realização, efetividade e legitimidade.

Foto: Daniele Moraes



A cantora Anna Lú e o instrumentista Paulo Canhoto – um show à parte.

Comunicação em notas musicais

Um coquetel com música ao vivo encerrou as atividades do primeiro dia do Seminário. Na confraternização foram expostos alguns dos principais materiais de comunicação produzidos pelas entidades filiadas à CONTEE de todo o País. Entre o material, destacaram-se cartazes, jornais, revistas, informativos e materiais de campanhas salariais e institucionais dos sindicatos da Confederação. Foram exibidos ainda vídeos institucionais, campanhas publicitárias e programas de TV. Também mereceram destaque na exposição as páginas principais dos sites de todas as entidades filiadas.

Temas da Conferência Nacional de Comunicação

- Fortalecimento da rede pública de comunicação
- Rediscussão da questão das concessões públicas
- Promoção da inclusão digital como política pública
- Descriminalização da radiodifusão comunitária
- Redistribuição de verbas da publicidade oficial
- Mecanismos de Controle social da Comunicação
- Marco regulatório para o setor




Comunicação Sindical: desafios e conquistas

O segundo dia de atividades ficou reservado para as discussões específicas relacionadas ao movimento sindical e seu papel na luta pela democratização da mídia, bem como a importância da comunicação na ação sindical. Para tratar do assunto, prestigiaram a atividade: o jornalista e Secretário de Comunicação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Altamiro Borges; o coordenador do departamento de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, Clomar Porto; e o coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação, Vito Gianotti. Além da Secretária de Comunicação Social da CONTEE, Maria Clotilde Lemos Petta.

Os especialistas traçaram um perfil da realidade da imprensa sindical, enfatizando a necessidade de investimento do setor, valorização da comunicação nas entidades e apresentando a compreensão de que é preciso renovar linguagens, iniciativas e profissionalizar o trabalho, que deve estar sempre integrado e

fortemente vinculado ao projeto político e aos objetivos da categoria.

Após o debate, algumas entidades convidadas apresentaram um relato muito interessante sobre as mais diferentes iniciativas e ações de comunicação desenvolvidas nos sindicatos. As apresentações mostraram o acúmulo do trabalho e as boas experiências foram compartilhadas. A iniciativa da CONTEE foi destacada e elogiada pelos palestrantes convidados e também pelos participantes da atividade, que puderam trocar ideias e informações com os principais agentes e lideranças envolvidas na luta pela democratização da mídia. 

“Entre Aspas”



“O desafio da democratização da mídia é hoje mais importante do que o da reforma agrária. Uma vez que sem um amplo espaço nos meios de comunicação será difícil alcançar as transformações sociais pretendidas”.

RENATO ROVAL
editor da revista *Fórum*

“O advento das mídias não convencionais tem gerado crise nas redações. As grandes empresas de comunicação estão migrando seu poder de fogo para a internet”.

PLÍNIO TEODORO
colunista da revista *Caros Amigos*



“Essa mídia que está aí não vai ser democratizada. É preciso utilizar novos caminhos, como o do movimento dos midialivristas, da mídia sindical, criando uma alternativa”.

VENÍCIO DE LIMA
professor da Universidade de Brasília (UnB)

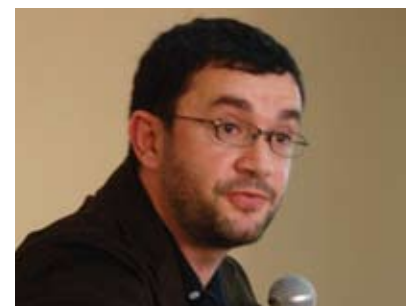


“O custo das novas tecnologias aproximou as pessoas comuns dos antigos produtores de conteúdo”.

LUIZ CARLOS AZENHA
autor do Blog *“Vi o mundo”*

“As tecnologias da inteligência aumentam a nossa condição de transformar tecnologia em conhecimento. A metalinguagem digital libertou a tecnologia dos seus suportes. Libertou o som do vinil, a imagem da película etc.”.

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA
professor da pós-graduação da Faculdade *Cásper Líbero*



“Uma maneira de aferir o nível de ação sindical e a combatividade de uma entidade é visitar o setor de comunicação. É preciso disputar a subjetividade da classe”.

CLOMAR PORTO
jornalista

“As concessões públicas foram feitas, principalmente, durante o regime militar, e hoje temos um mapa que coloca na mão de políticos as principais emissoras de TV do País. É importantíssimo que vocês saibam que a pressão que podem exercer é muito importante para a luta da TV pública e para a luta da democratização dos meios de comunicação no Brasil”.

FLORESTAN FERNANDES JUNIOR
gerente executivo de jornalismo da TV Brasil (Empresa Brasil de Comunicação)



É preciso perder qualquer ilusão em relação à mídia burguesa e, para isso, é óbvio que é preciso investir na comunicação das entidades”.

VITO GIANOTTI
Coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação



“A liberdade de expressão no Brasil está na verdade na mão de meia dúzia de famílias. Os outros 180 milhões têm apenas a liberdade de mudar de canal. É contra essa lógica em que estamos batendo”.

JOÃO BRANT
coordenador do Coletivo Interozes



Ficamos muito satisfeitos com a realização do Seminário de Comunicação da CONTEE. Creio que tenhamos alcançado nosso objetivo, que, desde o princípio, foi aproximar a CONTEE e nossas entidades de base desse debate, a fim de fortalecê-lo, compreendê-lo melhor e incorporá-lo entre as nossas bandeiras de luta!”.

MARIA CLOTILDE LEMOS PETTA
Secretária de Comunicação Social da CONTEE

“Temos que chegar no final do ano como uma grande mobilização da sociedade para levar propostas para mudar o quadro nacional da comunicação. Controle social não é censura. Isso é o tipo da política que tem que sair bem definida da Conferência”.

JOSÉ CARLOS TORVES
diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)



“Pela primeira vez na história, o Brasil vai fazer um Conferência Nacional de Comunicação. É claro que há problemas. Seria um pecado nos iludirmos, mas um crime nos omitirmos. Não vai haver uma democracia participativa se não democratizar os meios de comunicação”.

ALTAMIRO BORGES
Jornalista



Educação na pauta **Positiva**

Manutenção do veto ao registro sindical da ANDES-SN

Veja aqui uma importante conquista alcançada no último período que merece destaque:

A CONTEE e suas entidades filiadas obtiveram importante vitória com a confirmação da manutenção do veto à representação sindical dos professores de ensino superior do setor privado, pretendida pela ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Sindicato Nacional).

A decisão do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, publicada no dia 5 de junho no Diário Oficial da União, ratifica a luta da CONTEE ao contestar judicialmente a reivindicação da ANDES de representação da categoria. A tentativa infundada da ANDES, dada à legitimidade e anterioridade da representação dos Sindicatos de professores do ensino privado filiados à CONTEE, fere diretamente o princípio de unicidade sindical presente na Constituição Federal do País.

A CONTEE é formada por entidades que possuem um antigo histórico de luta pela regulamentação das relações de trabalho com o patronato da educação básica e superior do setor privado, que, desde o início dos anos 80, lutam pelo restabelecimento das instâncias democráticas no Brasil e consolidaram com legitimidade sua postura combativa, autônoma e classista.

Desafios para a *noossa luta*

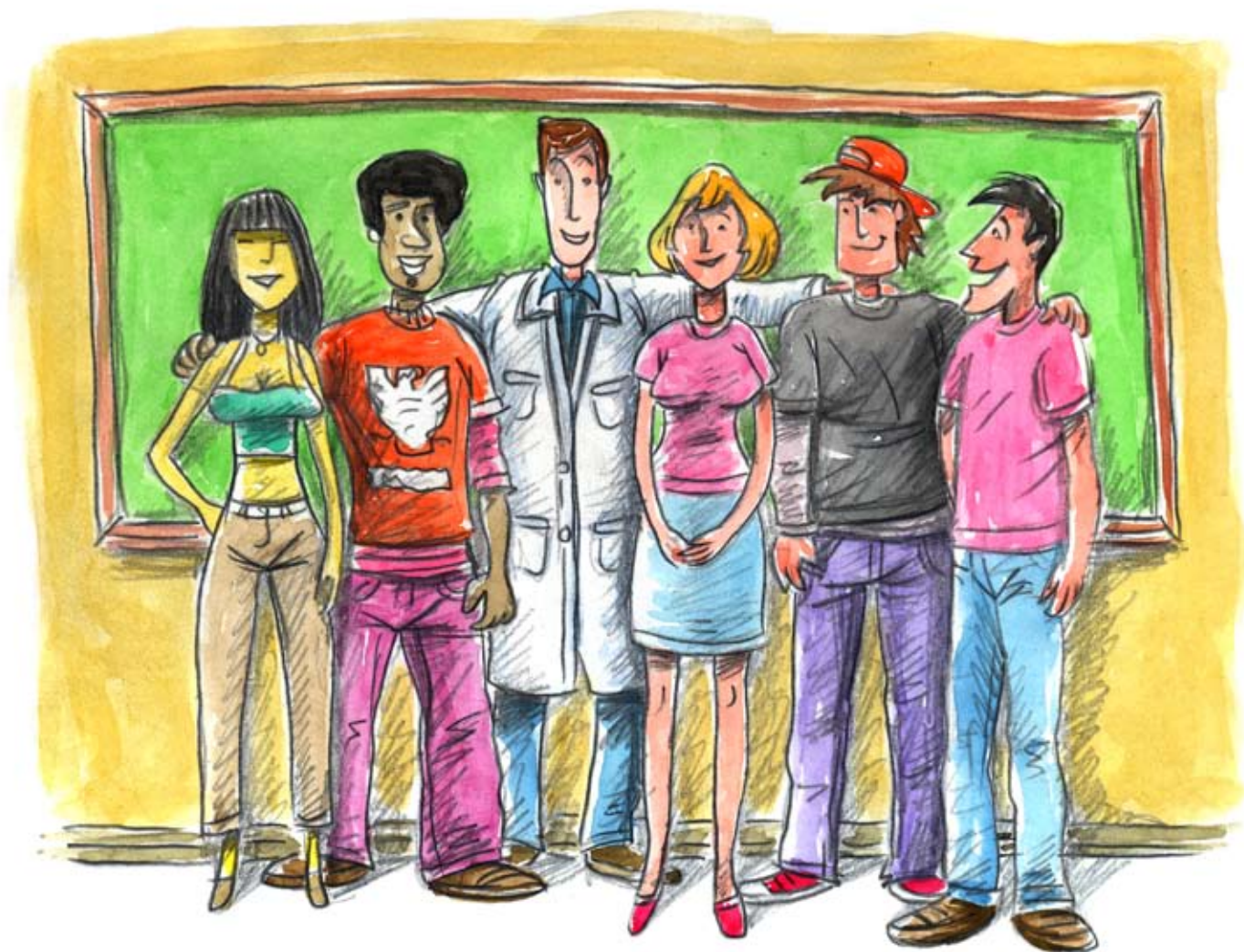
Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Entre eles, destacamos um aspecto negativo, em especial, que exigirá atenção redobrada:

Financiamento público para iniciativa privada

O Ministério da Educação cedeu às pressões dos empresários da educação superior do setor privado protocolando o lançamento de uma linha de crédito especial do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para o setor. A iniciativa vem sendo pretendida pelos empresários há muito tempo e ganhou força – e destaque na imprensa – no início do ano quando, oportunamente, quiseram associar a necessidade de crédito das instituições à crise financeira internacional.

Apesar de atrelar a liberação do financiamento a determinados parâmetros de qualidade – medidos por meio do IGC (Índice Geral de Cursos - instrumento construído com base numa média ponderada das notas obtidas nas avaliações oficiais dos cursos de graduação e pós-graduação), o MEC deixou de lado questões de fundamental relevância, como a análise do cumprimento por parte das instituições da legislação e dos acordos trabalhistas vigentes.

O protocolo firmado entre MEC e o BNDES prevê a concessão de cerca de R\$ 1 bilhão às instituições. Antes de priorizar o saneamento das dívidas e o capital de giro das faculdades e universidades privadas, muitas delas de caráter estritamente mercantil, o Governo Federal deveria priorizar o repasse de verbas e o financiamento da educação pública, ainda tão distante do ideal.



Liberdade é qualidade

Será que a liberdade de organização sindical e estudantil dentro das instituições de ensino é um fator que influencia na qualidade da educação? Fizemos essa pergunta a três lideranças: o presidente da UNE, a presidente da APROPUC-Campinas e a diretora do Sintae-RS, veja o que eles disseram.

Quando falamos em qualidade de educação podemos inadvertidamente supor que devemos nos atentar somente ao conteúdo dos cursos, currículos, projetos pedagógicos ou diretrizes educacionais. No entanto, a influência de fatores extra e intra-escolares, ainda mais amplos, é inegável, especialmente se analisarmos seus impactos no aprendizado dos estudantes extrapolando a concepção de educação formal e adotando o entendimento de que a educação de qualidade é determinante também na consolidação de uma formação cidadã e emancipadora.

Essa concepção ampliada do conceito de qualidade de educação é abordada com grande propriedade no Documento Referência que norteia os debates de construção da Conferência Nacional de Educação, que acontecerá em abril de 2010. Entre os mais diversos aspectos citados como de fundamental importância e relevância no processo de aprendizado, está pontuada a questão da

garantia da livre organização sindical e estudantil nos ambientes escolares. Para tratar desta questão, conversamos com três atores envolvidos diretamente com o tema, em busca de delinear sua importância e seu real impacto nas relações educacionais.

Para o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas, a participação dos estudantes nos movimentos organizados contribui para um processo de formação ampliada, que vai além dos conteúdos protocolares e apresenta aos jovens discussões, debates e realidades que somente dentro da sala de aula não se encontram. Especialmente, segundo ele, em um momento em que o jovem está definindo parte do seu caráter, de sua personalidade, desenvolvendo suas convicções políticas e sua forma de ver o mundo. “Não estamos falando apenas do tipo de profissional, mas de que tipo de cidadão essa escola ou universidade está formando”, reflete.

Augusto conta que há grande dificuldade de mobilizar os estudantes para participarem do movimento estudantil e se engajarem nas lutas coletivas dentro das instituições privadas de ensino, que dificultam ao máximo a atuação das entidades – quando não inviabilizam seu funcionamento ou mesmo procuram cooptar os estudantes, oferecendo bolsas de estudo ou outros benefícios, a fim de que não se organizem.

“Dentro das universidades privadas o desafio é monstruoso, primeiro porque a maioria dessas instituições é recente e não existe tradição de organização dos estudantes. Elas têm perfil de estudante trabalhador, que, portanto, tem uma relação mais reduzida com a universidade, com menos condição de se dedicar a esse espaço. Mas o mais grave elemento é a perseguição a essa organização. O estudante não pode colocar um cartaz para divulgar uma campanha, as assembleias são proibidas, não pode passar em sala de aula, pois os professores são orientados a não permitir, e organizar uma eleição livre é um parto”, relata Chagas.

A liberdade de organização é também apontada pela professora Viviana Aparecida de Lima, presi-

Arquivo Pessoal



Viviana
Aparecida de
Lima, Presidente
da APROPUC-
Campinas

Arquivo UNE

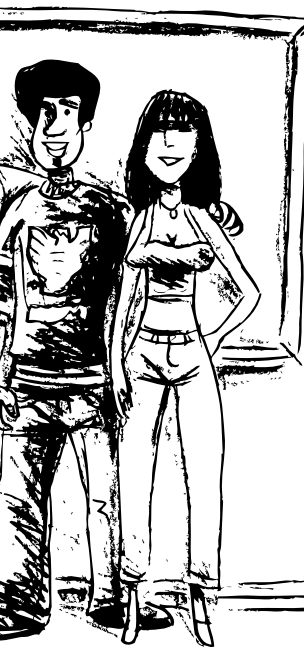


Augusto Chagas,
Presidente da
UNE

Arquivo SINTAE-RS



Vera Lucia
Sakamoto,
Diretora do
SINTAE-RS



dente da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (APROPUC-Campinas) como de fundamental importância. Segundo ela, a liberdade é princípio básico da democracia e qualquer sanção neste sentido se reflete no ambiente educacional. “Se você tem uma instituição muito fechada ou com condição limitada do ponto de vista da livre expressão de conhecimento, de opiniões, isso se reproduz na sala de aula, porque as regras estão muito contidas, muito estruturadas, cristalizadas. Como o professor é o instrumento, o elo de ligação entre a proposta pedagógica da instituição e o estudante, então nesse caminho ele é obrigado a se curvar, digamos assim, a determinadas regras impostas. Muitas vezes o professor pode ter uma relação mais democrática com os seus estudantes, mas é impedido a obedecer determinadas regras, e muitas vezes o pedagógico não cabe nessas regras autoritárias, muito centralizadoras”.

A professora também aponta dificuldades e falta de liberdade sindical, especialmente, nas instituições privadas. “Hoje são poucas as instituições privadas, principalmente de educação superior, que têm uma organização forte, independente, combativa. A CONTEE nesse sentido acaba agregando, reunindo esse conjunto de entidades combativas do setor privado nos vários níveis. É claro que temos tido alguns avanços, mas a passos muito pequenos ainda, especialmente nas instituições marcadamente mercantis. Nelas a organização sindical de professores fica mais dificultada”.

Assim como acontece com os estudantes, há também que se levar em conta o atual perfil dos docentes, que são jovens, muitas vezes com formação deficitária do ponto de vista das ciências humanas ou políticas, sem vivência, sem valorização profissional, com baixa remuneração e por vezes submetido a condições de trabalho precárias. O desafio que se coloca às entidades sindicais parece estar relacionado também com o rompimento do individualismo e o resgate do sentimento de pertencimento a uma categoria ou classe. Neste sentido, Viviana acredita que é necessário “pensar mais no coletivo, porque isso é um valor dentro de um horizonte ético, é colocar o meu conhecimento a serviço da sociedade para que ela seja mais justa e igualitária”.

Esta posição é compartilhada pela Diretora de Formação do Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar do Rio Grande do Sul (Sintae-RS), Vera Lucia Sakamoto, que também relata a necessidade de ampliação da participação dos trabalhadores técnicos e administrativos nas organizações sindicais. Na opinião da dirigente, “o grande desafio do sindicato e do movimento estudantil é encantar as pessoas pela política, pelo exercício da cidadania”. Para Vera, é preciso mostrar à categoria que é importante estar junto com as outras pessoas, criar vínculos coletivos para que aconteça o debate e, conseqüentemente, dialogando, a sociedade evolui e avança”, afirma. ●



Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



**Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino**
www.contee.org.br